

# Boletim do Conselho

Publicação mensal do Conselho Nacional de Saúde • Setembro 2003 • Ano 4 • n.º 31 • ISSN 1679-2610

## CONSELHO REAFIRMA A DEFESA INCONDICIONAL DO SUS



FOTOS: Luis Oliveira

Ministro recebe moções de apoio a sua gestão entregues por conselheiros, deputados, secretários e representantes de entidades da sociedade civil

O plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua reunião de 4 de setembro, aprovou a Deliberação n.º 002, onde reafirma a defesa do Sistema Único de Saúde e manifesta o seu apoio ao trabalho da atual equipe do Ministério da Saúde. O balanço das ações foi positivo por se pautar pelo compromisso com a implementação de um sistema de saúde público e de qualidade - uma das principais lutas do CNS ao longo dos anos.

A maioria das ações havia sido debatida previamente pelos conselheiros e encaminhadas pelo ministro Humberto Costa que, num gesto inédito, tem participado de todas as reuniões do Conselho Nacional de Saúde. Assim, consolida e reafirma de forma contundente o compromisso e a sintonia com o Conselho Nacional de Saúde, com o avanço do controle social e com o processo de valorização e construção do SUS.

Um dos atos mais significativos da política adotada por Humberto Costa e sua equipe foi a convocação da 12.ª Conferência Nacional de Saúde para este ano, onde a sociedade poderá avaliar o sistema e participar da elaboração de um plano nacional de saúde que seja inclusivo, resolutivo e solidário.

Na Deliberação 002, os conselheiros listaram dezessete ações que consideraram representativas do compromisso do ministro da Saúde e sua equipe com o SUS e a melhoria da saúde e da qualidade de vida do povo brasileiro. Como exemplo, pode-se citar o reajuste do repasse de recursos para os municípios a fim de melhorar a atenção básica; o ajuste no edital de compras de hemoderivados, que economizou US\$ 25 milhões para o Ministério (o dinheiro foi destinado para produção de vacinas no Instituto Butantan); a recomposição do Conselho Nacional de Saúde

como vinha sendo solicitado há dez anos; implantação do Programa de Volta pra Casa, para ressocialização dos portadores de doenças mentais, entre outras ações.

Ao final do documento, o Conselho Nacional de Saúde faz recomendações aos vários segmentos da sociedade para que todos fiquem atentos para fazer cumprir os princípios e as diretrizes do SUS, com efetiva participação da comunidade na sua gestão.

Os interessados poderão ler a íntegra da Deliberação 002 na página do CNS na internet <http://conselho.saude.gov.br>.

### Apoio

Os vários segmentos representados no CNS trouxeram para o plenário as moções de suas entidades em apoio ao ministro Humberto Costa, em vista das várias tentativas de não reconhecer o trabalho positivo realizado pela equipe do Ministério da Saúde.

Após a leitura dos documentos, os conselheiros seguiram para um ato em apoio ao ministro no Congresso Nacional, em que os parlamentares representantes de todos os partidos políticos, secretários estaduais e municipais de Saúde, profissionais de saúde, sindicalistas e organizações não-governamentais reafirmaram o apoio ao trabalho desta gestão e puderam manifestar publicamente as razões pelas quais solidarizam-se com Humberto Costa e sua equipe.

A seguir, uma comissão entregou ao ministro as moções de apoio à equipe e às ações do Ministério.

#### Medicamentos e Assistência Farmacêutica

Veja a programação oficial da Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, que acontece em Brasília.

página 2

#### Novos conselheiros

Os novos conselheiros titulares e suplentes tomaram posse no dia 3 de setembro. Confira essa e outras notícias sobre as reuniões do CNS.

página 3

#### Deliberações

O plenário do CNS aprovou duas deliberações nas suas últimas reuniões: uma em defesa do orçamento para a saúde e outra em apoio ao trabalho da equipe do Ministério.

página 3

#### Opinião

A partir desta edição, a coluna Opinião publicará mensalmente dois textos de conselheiros nacionais, escolhidos por sorteio durante as reuniões do CNS.

página 4

#### Teleconferência

No dia 30 de setembro será realizada a segunda teleconferência sobre a 12.ª Conferência Nacional de Saúde, agora sobre os textos-base do Ministério da Saúde.

página 4

# Programação da Conferência

A Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, a ser realizada em Brasília entre 15 e 18 de setembro, terá como tema "Efetivando o acesso, a qualidade e a humanização da assistência farmacêutica com controle social".

Esse tema foi debatido nos estados e municípios, assim como os três subtemas, cujo relatório deverá ser trazido para a Conferência Nacional pelos 1.186 delegados e observadores.

Confira a seguir uma síntese da programação nos quatro dias de evento.

## PROGRAMA OFICIAL

### 15 de setembro

#### Manhã

- 9 h Abertura dos trabalhos
- 9h30 Informes sobre as Conferências Estaduais
- 10 h Apresentação do Espaço Aberto
- 10h30 Aprovação da Proposta de Regulamento - Debates

#### Tarde

- 13h30 Mesa-redonda I
- 1 Tema: Acesso à Assistência Farmacêutica: a relação dos

setores público e privado de atenção à saúde.

- 1.1 O SUS que queremos: acesso universal e equânime com controle social.
- 1.2 Regulação de mercado: oferta e demanda, comércio farmacêutico e sua inserção no SUS.
- 1.3 Racionalidade, essencialidade e excepcionalidade na Assistência Farmacêutica: financiamento do setor.

16h30 às 19h30 Grupos de Trabalho I

20h30 Cerimônia Oficial de Abertura

### 16 de setembro

#### Manhã

- 8h30 Mini Conferência I
- Tema: Atenção farmacêutica no Brasil: trilhando caminhos
- 8h30 Apresentação Especial I
- Tema: Farmácia Hospitalar
- 10 h Espaço Aberto \*
- 10 h Painéis Específicos I
- 1. Marco regulatório para a assistência farmacêutica
- 2. Medicamentos de referência, genéricos e similares
- 3. Assistência farmacêutica na saúde suplementar

- 4. Financiamento e gestão da assistência farmacêutica
- 5. Interdisciplinaridade na formação e educação permanente de RH para assistência farmacêutica
- 6. Implantando sistema de farmacovigilância
- 7. A assistência farmacêutica e os recortes de gênero, raça/etnia e orientação sexual: a medicalização dos corpos

#### Tarde

- 13h30 Mesa-Redonda II
- Tema: Pesquisa e desenvolvimento tecnológico para a produção de medicamentos
- 2.1 Política Nacional de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Industrial
- 2.2 Direitos de propriedade intelectual: inovação e saúde pública.
- 2.3 Acordos Internacionais (aspectos regulatórios e comerciais): incentivo, entraves ou ambos?
- 16h30 às 19h30 Grupos de Trabalho II

### 17 de setembro

#### Manhã

- 8h30 Mini Conferências II

Tema 1: Acordo ADPIC ou TRIPS da Organização Mundial do Comércio e acesso a medicamentos

Tema 2: Assegurando a qualidade dos serviços e produtos

8h30 Apresentação Especial

Tema: Farmácia Popular

10 h Espaço Aberto

10 h Painéis Específicos II

- 1. O Poder Judiciário no acesso aos medicamentos
- 2. Plantas medicinais e fitoterápicos na Assistência Farmacêutica
- 3. Informação sobre medicamentos: publicidade, informação científica para profissionais e promoção para o uso correto
- 4. Revisitando a Portaria 3.916/MS - política de medicamentos: avanços e desafios

5. Uso racional de medicamentos em grupos vulneráveis

6. Garantindo a qualidade, segurança e efetividade dos medicamentos

7. A homeopatia no SUS: diagnóstico e desafios para sua efetiva implantação

#### Tarde

- 13h30 Mesa-Redonda III

Tema: Qualidade na assistência farmacêutica, formação e capacitação de recursos humanos

3.1 Construindo a assistência farmacêutica integral

3.2 Preparando recursos humanos para assistência farmacêutica e uso racional de medicamentos

16h30 às 19h30 Grupos de Trabalho II

### 18 de setembro

#### Manhã

- 9h às 12h Plenária I

#### Tarde

- 13h30 Plenária II
- 16h30 Plenária III

#### Encerramento

#### \* Espaço Aberto

Os organizadores da Conferência optaram por abrir espaço para uma nova técnica de debate: a Tecnologia do Espaço Aberto (TEA). Esse método permite aos participantes abordarem temas não previstos na programação do evento. O interessado apresenta o que quer discutir dentro do tema geral e forma-se um grupo com pessoas interessadas. O relatório final do grupo é apresentado na plenária final do evento.

## EDITORIAL



A Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica é o resultado de uma longa caminhada.

Nos anos 90, inicia-se no Brasil a intensificação do projeto neoliberal e com ele o Estado mínimo, reformas ministeriais, flexibilização da legislação trabalhista, entreguismo, traição, sub-

serviência ao capital financeiro internacional, dominação cultural, mercantilização da vida e da saúde. Saúde é considerada uma mercadoria e o medicamento é a mercadoria privilegiada, de uso compulsório.

Os preços extorsivos, as fraudes, os entraves para a implantação da política dos genéricos, o uso abusivo e inadequado por alguns, a falta e a carência da

maioria demonstram a grave situação do acesso, qualidade e humanização da assistência farmacêutica no SUS.

No final da década passada a situação torna-se insustentável, o Executivo e o Legislativo tomam providências. As mais destacadas são a Comissão Parlamentar de Inquérito de 1999, a Portaria n.º 3.916, de 30 de outubro de 1998, que cria a Política Nacional de Medicamentos, e a Lei n.º 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, conhecida como a Lei dos Genéricos.

As Conferências Nacionais de Saúde, a 9.ª, a 10.ª e a 11.ª, recomendam em seus relatórios a convocação de uma conferência temática sobre assistência farmacêutica.

O processo da atual Conferência iniciou-se na reunião do Conselho Nacional de Saúde, realizada na sede da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em sessão comemorativa do centenário da instituição, onde foi apresentada a análise do relatório da CPI. Era maio de 2000.

A partir daí, o CNS aprova a convocação pela Resolução n.º 311, de 5 de abril de 2001, baseada na Recomendação n.º 26, aprovada pelo Plenário da 11.ª Conferência Nacional de Saúde realizada em dezembro de 2000. O temário central é "Efetivando o acesso, a qualidade e a humanização da assistência farmacêutica com controle social".

Transcorre 2001, 2002...

Enquanto isso, aconteciam longas e penosas negociações entre o Ministério da Saúde e o Conselho. A cada rodada, mais exigências e concessões, portarias de convocação, incompletas, enfim, não ocorria o consenso.

Mais divergências. Primeiro o Ministério da Saúde não aceitava o número de delegados, título e temário e, depois, vetos a nomes da comissão organizadora, enfim, todos os artifícios para protelar a realização da Conferência. A partir de julho de 2002, inicia o período eleitoral.

2003. Início do novo governo.

O novo Ministério da Saúde assume e rapidamente é alcançado o consenso com o Conselho Nacional de Saúde. O ministro da Saúde e seus secre-

tários apóiam, decididamente, a realização da Conferência.

A Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica acontecerá em Brasília, nos dias 15 a 18 de setembro de 2003, na Academia de Tênis.

O Brasil começa a pensar e formular uma política de assistência farmacêutica sob o olhar, a voz e a perspectiva dos usuários, prestadores, gestores e profissionais que debateram e deliberaram, desde 2002, a partir dos municípios e dos estados.

Aquilo que parecia distante no horizonte dos nossos desejos e sonhos acontecerá. Acontecerá porque o Brasil tem direito. Acontecerá porque a sociedade assim o quer.

#### Clair Castilhos

Coordenadora da Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica

# Posse dos novos conselheiros



Ministro homenageia os ex-conselheiros durante a 134.<sup>a</sup> Reunião do CNS

## 27.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

O Conselho Nacional de Saúde realizou uma reunião extraordinária no dia 26 de agosto, a fim de discutir o Plano Plurianual 2004/2007 - PPA relativo às ações do Ministério da Saúde previstas para os próximos quatro anos e as fontes de recursos para implementá-las.

O Ministro Humberto Costa abriu a reunião com a apresentação do PPA e das prioridades eleitas no orçamento. Segundo o Ministro, o orçamento é sempre um processo de debate e negociação dentro do governo e ele lutará fortemente para viabilizar recursos para as metas estabelecidas.

A prioridade do Ministério da Saúde, de acordo com Humberto Costa, será a atenção básica, com enfoque no Programa Saúde da Família. Isso sem esquecer os atendimentos de média e alta complexidade. As instituições de ciência e tecnologia e centros de pesquisa também terão maior investimento.

A seguir, o subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, Valcler Rangel Fernandes, apresentou a proposta do Ministério da Saúde para aprovação dos conselheiros. O texto aprovado será incluído no PPA do governo federal e encaminhado ao Congresso Nacional.

## DELIBERAÇÃO 001 DE 26 DE AGOSTO DE 2003

O Plenário do CNS aprovou durante a reunião extraordinária a Deliberação 001, pela manutenção dos percentuais previstos na Emenda Constitucional 29 para a área da saúde, não incluindo as despesas com inativos, dívida e financiamento com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Essa deliberação é uma reação ao veto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o próximo ano, que permite ao governo usar recursos legais da saúde em outras áreas, não tipificadas na Lei 8.080, como ações de saúde. Assim, o governo pode usar o dinheiro para pagar os inativos, empréstimos, e com suplementação alimentar, com uma perda de R\$ 5 bilhões para a Saúde.

Também foi deliberado que o CNS faça o acompanhamento da votação do PPA e da reforma tributária no Congresso Nacional, assim como da LDO.

## 134.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Os novos conselheiros foram empossados no início da 134.<sup>a</sup> Reunião Ordinária, em 3 de setembro, pelo presidente do CNS, o ministro Humberto Costa. São 13 novos membros, incluindo representantes da comunidade indígena, dos trabalhadores, do movimento de mulheres e de movimentos populares nacionais, os quais foram acrescentados na recomposição de 3 de julho. Os demais conselheiros foram reconduzidos por decisão de suas entidades.

O ministro fez uma homenagem àqueles que estavam saindo, entregando um certificado, e ressaltou a importância desses conselheiros no fortalecimento do controle social e dos Conselhos de Saúde no País. A esposa do médico Sérgio Arouca, Lúcia Souto, falecido em agosto, recebeu um diploma em nome dele. Humberto Costa também fez uma homenagem póstuma ao conselheiro Antônio Carlos Pereira, falecido em julho.

Os novos conselheiros terão um mandato de um ano e meio, conforme foi divulgado no Boletim do CNS n.º 30, com a missão de discutir a regulamentação, os seg-

mentos que compõem o Conselho, os critérios eleitorais e a legalidade e legitimidade das representações.

## MINISTRO HUMBERTO COSTA

O ministro da Saúde, Humberto Costa, em seu discurso na 134.<sup>a</sup> Reunião, falou sobre os recentes episódios divulgados na imprensa, especialmente o Inca e a Anvisa. Segundo o Ministro, a indicação de Jamil Haddad como diretor do Instituto Nacional do Câncer (Inca) aconteceu por sua experiência, inclusive como ministro da Saúde, e méritos reconhecidos pela comunidade científica. Mas ao ser nomeado, Jamil Haddad se ligou a um grupo que era contestado e afastou pessoas que faziam parte do processo do Inca. Quando começaram as denúncias, foi pedido que mudasse as pessoas denunciadas. No entanto ele começou pelos aliados e, a partir daí, perdeu a governabilidade.

No momento que a crise estava instalada o ministro da Saúde mandou uma equipe para auxiliar nos trabalhos, e foi pedida a demissão das pessoas envolvidas nos problemas. Jamil Haddad recusou-se a atender a solicitação e pediu exoneração do cargo. O Ministério então nomeou uma equipe até encontrar um nome de consenso. "Estaremos implantando no Inca um conselho gestor, para que o controle social passe a existir no Instituto, e organizaremos seminários para a comunidade debater os rumos a seguir", garante o ministro.

Em relação à Anvisa, Humberto Costa explicou que o Ministério da Saúde não tem poder de nomeação naquele órgão e, por ser uma agência, a indicação dos diretores passa pelo Congresso Nacional. Nessa crise, o Ministério da Saúde sequer foi ouvido e transformaram toda essa questão

em polêmica, como se fosse mais uma crise dentro do Ministério da Saúde. O ministro anunciou novas ações dentro da Anvisa que irão permitir a transparência e participação da sociedade nos processos.

"A política que estamos implementando mexe com interesses e há reação. Só serei ministro se puder defender as minhas idéias, convicções e projetos. Nesse sentido, tenho o apoio do governo Lula na minha decisão de ser firme para encontrar o melhor caminho para a saúde brasileira", declarou o ministro.

## DELIBERAÇÃO 002 DE 4 DE SETEMBRO DE 2003

O plenário do Conselho Nacional de Saúde deliberou a reafirmação de sua defesa incondicional do SUS e o apoio às ações e iniciativas do Ministério da Saúde. Na Deliberação 002 são citadas diversas ações implementadas pelo Ministério para promover a saúde e melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

A íntegra do documento pode ser acessada na página do CNS na internet

<http://conselho.saude.gov.br>.

## FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Ricardo Burg Ceccim, do Departamento de Gestão da Educação na Saúde, apresentou aos conselheiros a proposta do Ministério da Saúde para uma política de formação e desenvolvimento para o SUS, os caminhos para a educação permanente em Saúde. Tudo com base na Norma Operacional Básica sobre Recursos Humanos do Sistema Único de Saúde (NOB-RH/SUS).

No início de sua exposição, Ricardo Ceccim fez um relato sobre a quantidade de cursos existentes, sua distribuição pelo País e a realidade encontrada em relação à política nacional de formação e desenvolvimento dos profissionais de saúde. Segundo ele, há uma multiplicidade de ações, tornando-se o desafio principal a coerência para tornar mais eficiente o processo de educação permanente.

A seguir, falou sobre uma agenda comum com o CNS, na formulação de políticas para abertura de cursos de saúde e para especializações em serviço. Também citou a necessidade de uma agenda de interlocução com gestores, ministérios, universidades, esco-

las técnicas, movimentos estudantis, associações de ensino, conselhos profissionais e organismos internacionais.

Com essa apresentação, o Conselho recomendou que fosse feita uma reunião do CNS com o Conselho Nacional de Educação a realizar-se em no máximo 60 dias para discutir a educação para a saúde em nível superior, a abertura de novos cursos e a avaliação dos cursos em funcionamento.

## COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

O plenário solicitou a todas as comissões temáticas e grupos de trabalho criados para assessorar o CNS que se reúnam para elaborar um relatório sobre suas atividades e planos de trabalho até a reunião de 8 e 9 de outubro. No segundo dia da reunião será realizada uma oficina com o objetivo de discutir quem deve coordenar as comissões, quais as entidades que as compõem, o seu funcionamento e aprovar as indicações para a sua composição.

## APROVAÇÃO DAS ATAS

As atas das reuniões ordinárias, ocorridas de abril a julho deste ano, foram aprovadas pelo plenário do CNS no dia 3 de setembro, assim como as atas das reuniões extraordinárias de abril, maio e julho. ( RO 129, RO 130, RO 131, RO 132, 24 RE, 25 RE e 26 RE). A íntegra dos textos estão disponíveis na página do Conselho na internet

<http://conselho.saude.gov.br>.

## RELATÓRIO DA COFIN

A Comissão de Orçamento e Financiamento do CNS (Cofin), apresentou ao plenário um relatório de suas atividades no primeiro semestre deste ano. Nele há uma avaliação do trabalho da Cofin e da subcomissão técnica, o debate sobre a reestruturação da Comissão, o acompanhamento do orçamento do Ministério da Saúde e a regulamentação da Emenda Constitucional 29.

O item que mereceu maior atenção dos membros do Conselho foi o veto presidencial a um dos artigos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2004. A partir do relatório da Cofin sobre as possíveis consequências desse veto para o orçamento da saúde, o plenário aprovou a Deliberação 001, que reafirma a necessidade de manutenção dos percentuais previstos na Constituição Federal para a saúde.

## O P I N I Ã O

## NOVOS DESAFIOS



FOTO: Arquivo CNC

Como direito garantido constitucionalmente ao cidadão, é chegado o momento de reafirmar este princípio constitucional e trabalhar, por meio de ações efetivas, para que se faça valer este direito.

Como em uma operação de guerra, mais de 3 mil pessoas, entre cidadãos usuários, especialistas, profissionais de saúde, gestores públicos, prestadores de serviços, além de mil observadores e convidados, entram na batalha para avaliar e apontar os novos rumos para a Saúde durante a 12.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde, em Brasília.

Com o tema "Saúde: um Direito de Todos e um Dever do Estado - A Saúde que Temos, o SUS que Queremos", a con-

ferência tem por objetivo ser um grande fórum de discussões, no qual a oportunidade de trocar experiências, conhecimento e retratar a realidade vivida em cada município, cidade e estado do País será única e intensa. Vamos avaliar todo o sistema de Saúde e orientar os rumos que o SUS deverá tomar nos próximos anos.

Garantir que esta oportunidade culmine em um roteiro legítimo e democrático sobre o que se deseja da Saúde no País é o desafio proposto na 12.<sup>a</sup> Conferência, já marcada pela busca do aprimoramento, do fortalecimento e da consolidação dos princípios do SUS em todo o Brasil.

**Aldemir Santana**

*Representante da Confederação Nacional do Comércio - CNC*

O momento político pelo qual o País atravessa atualmente é rico em discussões e debates para avaliar o que se tem hoje e o que se deseja em termos de mudanças e realizações em todas as áreas - política, econômica, educacional e, sobretudo, na área da Saúde.

12.<sup>a</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

FOTO: Luis Oliveira

Os contextos global e nacional atuais, em que pese a grande expectativa de profundas mudanças a serem implementadas pelo governo Lula, dificultam a instituição de políticas sociais como a da saúde - "estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade" (Almaata, URSS, 12/9/1978), presentes "a paz, a educação, a moradia, a alimentação, a renda, um ecossistema estável, justiça social e a equidade" (Carta de Ottawa, 21.11.1986) e Saúde: "Um direito de todos e dever do Estado" (Constituição Brasileira, 1988).

Em contrapartida, vivemos um momento ímpar, o da preparação da 12.<sup>a</sup> Confe-

rência Nacional de Saúde - Sérgio Arouca, que desperta na maioria dos atores, como em seu idealizador, o sanitarista Sérgio Arouca, o sentimento de reflexão sobre a "Saúde que temos, o SUS que queremos", numa perspectiva ao mesmo tempo reafirmadora, transformadora e de superação dos desafios para o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde.

É este o momento de efetiva participação de todos no reconhecimento do que já foi construído e a construir pela efetivação do SUS.

**Graciara Matos**

*Representante do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área de Saúde - Fentas*

As Conferências de Saúde são foros representativos e legítimos de avaliação e proposição da política de saúde, de forma ascendente, para a construção do modelo de Atenção à Saúde, balizado nos princípios e diretrizes que norteiam o SUS e no conceito de saúde adotado em documentos internacionais e na legislação brasileira.

## Sua opinião avança nossa comunicação

Ao chegarmos à terceira edição da nova versão do Boletim do CNS, gostaríamos de sua opinião sobre esse nosso meio de comunicação. Estamos disponibilizando na nossa página da internet (<http://conselho.saude.gov.br>) e no encarte do boletim uma pesquisa para podermos estar aperfeiçoando cada vez mais nossa comunicação. No encarte, em forma de carta-resposta, basta preencher e nos enviar, sem custos adicionais. Contamos com a participação de todos os leitores. O controle social agradece.

Novidades da 12.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde

O plenário do CNS aprovou, na reunião do dia 3 de setembro, a programação final e a composição das mesas, com os nomes ou pelo menos o segmento que será convidado para a 12.<sup>a</sup> conferência. A novidade foi a inclusão de um debatedor em algumas mesas que, como o próprio nome indica, terá a função de estimular o debate.

Uma das mudanças na conferência deste ano será a realização da plenária em dois dias, começando na manhã de 10 de dezembro. Com isso, os debates finais e as votações poderão ser realizadas com a presença de todos os delegados, legitimando assim as decisões aprovadas. "Nas conferências anteriores, as plenárias começavam à noite e avançavam madrugada adentro. Isso resultava, na hora da votação, em somente 30 delegados presentes", lembra Eduardo Jorge, coordenador da 12.<sup>a</sup> Conferência.

A definição das vagas de delegados indicados pelo CNS continuará a ser discutida na próxima reunião do Conselho. A Comissão de Articulação e Mobilização apresentou uma proposta de entidades a serem convidadas, com base nos critérios adotados na 11.<sup>a</sup> Conferência, mas o plenário preferiu adiar a decisão para poder avaliar melhor. Até o momento estão garantidas somente as vagas regimentais, que são 120 para os conselheiros nacionais (titulares e suplentes) e 16 para a coordenação da Plenária Nacional dos Conselhos de Saúde.

Ainda durante a reunião, a agência de comunicação contratada apresentou aos membros do CNS a página na internet criada especificamente para a divulgação da 12.<sup>a</sup> Conferência. Nela, os internautas poderão ter notícias atualizadas sobre o evento, os textos-base, a história das conferências, desde 1941, e muito mais. O endereço é [www.12conferencia.saude.gov.br](http://www.12conferencia.saude.gov.br).

## Teleconferência

Com a presença do coordenador da 12.<sup>a</sup> Conferência, Eduardo Jorge, os conselheiros fizeram uma avaliação da teleconferência, realizada em 27 de agosto, para explicar a metodologia e esclarecer as dúvidas dos secretários e conselheiros. A conclusão foi bastante positiva, especialmente por ser uma primeira divulgação mais ampla do evento.

Durante a transmissão de duas horas, chegaram mais de 200 perguntas, sugestões e críticas via fax, e-mail e telefone. O programa foi transmitido pelo Canal Saúde, da Fiocruz, diretamente do Rio de Janeiro para todo o País, com acompanhamento também pela página da Fundação na internet. A reprise do programa foi no dia 3 de setembro e pode ser acessada na página do Canal Saúde na internet até o final de setembro

[www.canalsaude.fiocruz.br](http://www.canalsaude.fiocruz.br)

Frente ao sucesso dessa forma de comunicação com os estados, o plenário aprovou a realização de mais duas teleconferências, uma prevista para 30 de setembro e outra para outubro ou novembro. Segundo Eduardo Jorge, a segunda teleconferência deverá ser voltada para a apresentação dos dez eixos temáticos, especialmente os textos propostos pelo Ministério da Saúde. Na terceira teleconferência, está prevista uma discussão mais ampliada das teses, mas isso pode mudar de acordo com a necessidade de esclarecer algum outro assunto.



## BOLETIM DO CONSELHO

Publicação mensal do Conselho Nacional de Saúde, Ano 4, n.º 31, Setembro 2003, ISSN 1679-2610 - Jornalista Responsável: Sílvia Alves (Reg. Prof. 2030/DF) - Colaboradora: Verbena Melo - Tiragem 12.000 exemplares.

## EDIÇÃO

Conselho Nacional de Saúde, Secretaria-Executiva, Equipe de Comunicação - Projeto Gráfico: Fabiano Bastos e Sérgio Ferreira - Editoração: João Mário Dias e Sérgio Ferreira - Revisão: Mara Pamplona - Impressão, Acabamento e Distribuição: Editora MS.

## INFORMAÇÕES

Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo, Ala B, 1.º andar, Salas 128 a 147 CEP: 70058-900 - Brasília, DF - Fones: (61) 315-2560, 315-2150, 315-2151 Fax: (61) 315-2414, 315-2472 E-mail: [cns@saude.gov.br](mailto:cns@saude.gov.br) Home page: <http://conselho.saude.gov.br>

## PRODUÇÃO

Editora MS/Coordenação-Geral de Documentação e Informação/SAA/SE/MS - Endereço: SIA, Trecho 4, Lotes 540/610, Brasília-DF - CEP 71200-040 - Fone: (61) 233-1774 Fax: (61) 233-9558 E-mail: [editora.ms@saude.gov.br](mailto:editora.ms@saude.gov.br)